

CIDAC

Na origem do CIDAC, uma certa “cultura política”*

Luís Moita
Professor universitário
Fevereiro de 2004

O primeiro mobiliário das instalações do CIDAC não tinha cadeiras. Era em bancos, bancos de cozinha, que nos sentávamos. Porque tínhamos, é certo, pouco dinheiro, mas também porque havia uma opção de austeridade, como se o despojamento das coisas tentasse evitar obstáculos entre as pessoas. Estava em consonância com o excesso de igualitarismo que então adoptámos, pois os “permanentes” (como designávamos os elementos remunerados da organização) eram pagos todos por igual, quaisquer que fossem as suas aptidões ou responsabilidades.

Este tipo de postura parece-nos hoje estranho ou mesmo incompreensível. Mas a verdade é que assinalava uma certa maneira de estar na vida, em coerência com um certo entendimento da acção política. Entendíamos aquele trabalho como militância política, como forma de luta por causas, e ali se misturavam a austeridade da tradição cristã que marcava o nosso passado com a ambição de uma sociedade nova, mais justa, que constituía o nosso ideal político. Talvez nos nossos dias isso nos pareça demasiado anacrónico, definitivamente fora de moda. E no entanto mobilizava as melhores energias de cada um de nós, numa extrema dedicação a objectivos (literalmente) revolucionários.

Essa atmosfera em que respirávamos sustentava então a causa por excelência que nos motivava: a libertação dos povos colonizados. O 25 de Abril permitira recuperar as liberdades públicas e os valores democráticos para o povo português. Mas, “um povo que oprime outros povos não pode ser livre”, como dizíamos na altura. Nos primeiros tempos a seguir ao 25 de Abril, a questão colonial estava em aberto e nada garantia que da transição política em Portugal resultasse por arrastamento a independência das colónias.

Quando saímos da prisão política foi possível recuperar um significativo acervo documental que tinha alimentado a nossa acção clandestina a favor dos movimentos de libertação. Seja dos arquivos da PIDE/DGS, seja dos numerosos volumes do processo judicial (que aguardava julgamento), foi possível “desentranhar” (o termo é técnico...) alguns milhares de papéis do mais variado tipo, desde o recorte de jornal até à revista trazida do estrangeiro, desde o livro “subversivo” até aos panfletos de propaganda clandestina. Preservar e divulgar esse pequeno património foi um dos objectivos da criação do CIDAC em 1974.

* In a cor das solidariedades, pela justiça e equidade nas relações internacionais, 30 anos do cidac – Ed. Afrontamento Maio de 2004

Daí os termos de “centro de informação e documentação” escolhidos para figurarem no título da nova entidade. A produção de material informativo era um outro objectivo crucial, numa situação que hoje temos grande dificuldade em compreender: a ignorância generalizada da nossa opinião pública, mesmo a cultivada, acerca das questões da guerra de África e dos movimentos de libertação. Talvez nós tivéssemos também algumas visões deformadas, em parte fruto do teor propagandístico do discurso que chegava até nós (como porventura acontece, inevitavelmente, numa situação de combate). Mais tarde haveríamos ainda de reconhecer que pouco conhecíamos das realidades profundas da África (ou das realidades da África profunda...), porque sobre elas havia um processo de ocultação, mesmo nas cabeças dos próprios dirigentes africanos. Seja como for, o imperativo de “informar” aparecia em destaque nas nossas responsabilidades.

Esse “centro de informação e documentação” era logicamente “anti-colonial”. Sob estas palavras estava um mundo de significados: a convicção de que a colonização era anacrónica, a política colonial errada (pelos africanos e por nós próprios), e a guerra injusta e mesmo criminosa; a consciência de que a luta de libertação era legítima e, sobretudo, a certeza de que os povos africanos mereciam a nossa solidariedade. A relativa banalização do termo “solidariedade” não permite esquecer o sentido forte da palavra, tão forte que no futuro haveria de se traduzir numa persistente prática de cooperação.

O impulso de um pequeno grupo de militantes portugueses não chega para explicar a origem do CIDAC. A sua génese é indissociável do apoio de certos grupos estrangeiros, onde se destacam os holandeses. Daí veio um incentivo à nossa iniciativa e uma contribuição financeira que se revelaria determinante. Isso foi tanto mais curioso quanto, algum tempo antes, em 1972, fizemos uma viagem para contactos em vários países europeus (Holanda, Bélgica, França, Itália), para angariar meios financeiros para as nossas actividades clandestinas, já então centradas no objectivo de informar, sobretudo através do Boletim Anti-Colonial. A diligência junto de núcleos progressistas ou reputadas personalidades desses países revelou-se totalmente inútil: voltámos sem um centavo. Depois do 25 de Abril as coisas mudaram: havia a revolução, Portugal estava na moda, a acção já não era clandestina, os objectivos eram “respeitáveis”.

Em Amsterdão tinha-se celebrizado o Angola Comité que apoiava os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Em 1974 apoiou fortemente a criação do CIDAC, fornecendo materiais, dando algum dinheiro e proporcionando contactos pessoais com os meios africanos. Por seu intermédio ficámos em ligação com um médico angolano, uma estudante moçambicana e um economista cabo-verdiano, em reuniões ainda semi-clandestinas, para sintonizar pontos de vista entre o muito jovem CIDAC e o MPLA, a FRELIMO e o PAIGC. Era gente de grande qualidade humana e política, misturando o radicalismo revolucionário com uma sensatez que muito ajudaria a amadurecer a prática dos nossos primeiros passos.

Ainda por intermédio do Angola Comité beneficiámos do apoio expressivo de uma iniciativa tipicamente holandesa: a contribuição financeira já razoavelmente representativa de uma rádio que fez aos seus microfones uma campanha a nosso favor. Os 700 contos que isso rendeu foram para nós uma verdadeira fortuna, alimentando durante mais de um ano os salários dos “permanentes”, a produção de cartazes e brochuras, as iniciativas políticas, em que se distinguiu um “heróico” comício em Dezembro de 1974, no Pavilhão

* In a cor das solidariedades, pela justiça e equidade nas relações internacionais, 30 anos do cidac – Ed. Afrontamento Maio de 2004

dos Desportos, onde, pela primeira vez, se juntaram representantes de todos os movimentos de libertação das colónias portuguesas: os três acima referidos mais o MLSTP, então praticamente desconhecido, e a FRETILIN, também quase desconhecida e olhada com suspeição por diversas forças da esquerda nacional, dadas as suas ligações a certos elementos tidos por “maoistas”...

Um outro grupo holandês juntar-se-ia depois aos nossos doadores financeiros, com a particularidade de ter a curiosa designação “X-Y”, onde X eram os impostos que cada um julgava dever pagar ao defender o aumento da carga fiscal para reforçar a ajuda aos países pobres, Y eram os impostos efectivamente pagos por cada um, e a diferença de X menos Y era a quotização solidária dos membros da organização. Para além desta curiosidade, tinham uma visão extremamente humana do trabalho político e defendiam princípios feministas, ao ponto de entre as razões para o apoio ao CIDAC estar o facto de haver nos “permanentes” mais mulheres do que homens...

Esta base financeira no arranque do CIDAC seria consolidada nos anos seguintes por um conjunto de contribuições, que tendiam a tornar-se regulares, por parte dos grandes organismos católicos de solidariedade da França, da Bélgica, da Holanda, da Irlanda e do Canadá. Sobretudo o francês Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement manteria connosco uma continuada ligação de trabalho e de intercâmbio. Só mais tarde, quando se esboça a adesão portuguesa às Comunidades europeias, é que o CIDAC viria a beneficiar de subsídios públicos, sejam os co-financiamentos comunitários, sejam depois os apoios governamentais portugueses. Em tudo isso, uma coisa é certa: nunca o CIDAC recebeu dinheiro de entidades africanas, governamentais ou outras. Essa circunstância garantiu sempre a nossa independência política, mesmo em relação aos países destinatários da nossa solidariedade e cooperação. Também isso nos imunizou contra o oportunismo e facilitou a capacidade de tomar posições que de outro modo seriam incómodas ou mesmo arriscadas, como aconteceu com o facto de muito cedo termos denunciado as prisões políticas angolanas e de termos suspenso a cooperação com a Guiné-Bissau depois do golpe de Estado de Nino Vieira, durante algumas semanas, até averiguação dos acontecimentos.

A nossa prática tinha a marca do internacionalismo. Naqueles anos, existia uma expectativa que também hoje tem um sabor de anacronismo e que na altura era bem compreensível: a expectativa de que o factor de dominação que designávamos como imperialismo capitalista pudesse ser vencido, tão claros pareciam ser os sinais do seu declínio. Importantes revoluções tinham ocorrido em diversos pontos do mundo: Cuba em 59, Argélia em 62, Etiópia em 74. No sul da Europa – Portugal, Espanha, Grécia – a queda das ditaduras prometia regimes democráticos e progressistas. A onda das independências afro-asiáticas culminava (tardamente, é certo) com a libertação das colónias portuguesas. Os Estados Unidos retiravam do Vietname e o país unificava-se sob regime socialista. Dir-se-ia que a esperança da revolução, prometida pelo marxismo ortodoxo para os países de capitalismo avançado, maduro, despertava afinal dessa zona das tempestades que era o Terceiro Mundo. O nosso internacionalismo enraizava-se nessa percepção. Era um internacionalismo convictamente não-alinhado, no rigoroso sentido histórico do termo, isto é, exterior à lógica dos blocos hegemónicos, igualmente crítico do domínio americano e da perversão pseudo-socialista dos soviéticos.

* In a cor das solidariedades, pela justiça e equidade nas relações internacionais, 30 anos do cidac – Ed. Afrontamento Maio de 2004

Foi assim em nome do internacionalismo e do não-alinhamento que ultrapassámos desde cedo as fronteiras da questão colonial portuguesa. O primeiro sinal nesta direcção esteve no apoio à recente luta da Frente Polisário, no Sara Ocidental, que a Espanha acabara de abandonar e entregar às mãos de Marrocos e da Mauritânia (mas esta, como é sabido, rapidamente deixou Marrocos sozinho em campo). Alguns anos mais tarde, a solidariedade com a Frente Popular de Libertação da Eritreia tinha um significado adicional: ela não se limitava a reclamar a independência dessa antiga colónia italiana, como ainda se opunha ao regime pró-soviético de Adis Abeba. Ao fazê-lo, visávamos reafirmar a nossa posição não-alinhada. Esse mesmo espírito estaria presente no alargamento do campo da solidariedade à América Latina e às lutas populares “não ortodoxas” que por lá se travavam nos anos 70 e 80, com relevo para a revolução sandinista da Nicarágua.

A solidariedade internacionalista manifestava-se ainda numa outra dimensão: a cooperação. Dizia-se “cooperação para o desenvolvimento”. A expressão é compreensível porque o binómio desenvolvimento/subdesenvolvimento remetia para uma contradição profunda da situação internacional e da desordem mundial. Contra qualquer visão assistencialista da ajuda aos países pobres, a nossa perspectiva era caracterizadamente política, na medida em que concebíamos o desenvolvimento como inseparável de transformações estruturais. Éramos então confiantes na capacidade dos Estados saídos da descolonização para serem os protagonistas das necessárias rupturas que levariam os seus povos a vencer o subdesenvolvimento. O nosso apoio em competências técnicas e alguns reduzidos meios financeiros era entendido como contributo para uma mutação das práticas sociais e uma melhoria das condições de vida dos “deserdados da terra”.

Os primeiríssimos actos de cooperação (designávamo-la como “cooperação militante”) tiveram essa marca do internacionalismo solidário, manifestado no carácter verdadeiramente voluntário – entenda-se não remunerado – das acções. Grupos de professores portugueses iam por nosso intermédio a Cabo Verde e Guiné-Bissau, durante as suas férias, para participarem em acções de formação dos seus colegas africanos. Eram acções certamente modestas e no entanto portadoras, na sua própria modéstia, de um certo modo de presença, assinalado pela convicção da importância das relações simples e solidárias, pela confiança na capacidade dos povos para crescerem a partir de si próprios.

A história do CIDAC gravita assim em torno de meia dúzia de palavras-chave, não tanto a informação e a documentação que eram essencialmente instrumentais, mas principalmente a solidariedade, o internacionalismo, o não-alinhamento, a cooperação, o desenvolvimento. Nem sempre as suas ambições se tornaram realidade, as vicissitudes do tempo desmentiram muitas das expectativas, a evolução das sociedades africanas tem atravessado violências incontáveis, perversões imprevisíveis, fragilidades devastadoras. Mas talvez na teia de todas essas decepções continue a haver lugar para o sentido de dignidade humana, para a dedicação às causas colectivas da liberdade e da justiça, para o combate desinteressado em nome de valores, que são a matriz onde assenta a cultura organizacional do CIDAC.

Luís Moita

* In a cor das solidariedades, pela justiça e equidade nas relações internacionais, 30 anos do cidac – Ed. Afrontamento Maio de 2004

Professor universitário
Fevereiro de 2004

* In a cor das solidariedades, pela justiça e equidade nas relações internacionais,
30 anos do cidac – Ed. Afrontamento Maio de 2004